



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social

**EMPODERAMENTO, CONSCIÊNCIA DE CLASSE E CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA:
UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL E NECESSÁRIA?**

DÉBORA ELITA DE SOUSA SILVA¹

RESUMO:

Neste artigo, apreendemos as relações entre empoderamento feminino e formação da consciência das mulheres acerca das opressões vivenciadas e reproduzidas no capitalismo. Mediante pesquisa bibliográfica, analisamos o processo de formação da consciência de classe e militante feminista, e identificamos as possibilidades de sua articulação às estratégias de empoderamento feminino.

Palavras-chave: Empoderamento. Consciência de classe. Consciência militante feminista.

ABSTRACT:

In this paper, we apprehend the relations between female empowerment and the formation of women's consciousness regarding the oppressions lived and reproduced in capitalism. By means of bibliographical research, we analyze the formation process of the feminist class and militant consciousness and identify the possibilities of its articulation on female empowerment strategies.

Keywords: Empowerment. Class consciousness. Feminist militant consciousness.

INTRODUÇÃO

O empoderamento feminino origina-se no feminismo negro estadunidense e revela as particularidades das opressões vivenciadas pelas mulheres negras, considerando a intersecção das relações de raça, classe e gênero. O famoso discurso de Sojourner Truth "E eu não sou

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma mulher?” (Lowenberg; Bogin, 1976 apud Collins, 2019) expressa a necessidade das mulheres negras de se organizarem na construção de um movimento coletivo capaz de abarcar suas demandas, num período em que, sob o regime de escravidão, sequer eram consideradas mulheres.

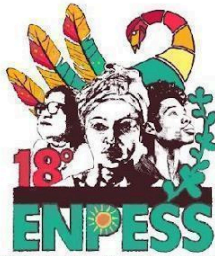
Naquela conjuntura, meados do século XIX, o movimento feminista era majoritariamente branco e o movimento negro era predominantemente masculino, de tal modo que, em ambos, as demandas das mulheres negras não eram consideradas como fundamentais na luta contra as opressões de gênero, raça e classe.

A guetização nos Estados Unidos da América (EUA) pós 2ª Guerra Mundial e as experiências comuns no trabalho (agricultura e trabalho doméstico) suscitaram a teoria social crítica das afro-americanas. Particularmente, o trabalho doméstico forneceu às mulheres negras a condição de *outsider* interna, já que sob essa forma de trabalho elas encontravam-se simultaneamente incluídas e excluídas na/da sociedade, bem como incluídas em famílias com situações de classe e raça diferente das delas, e percebiam essas desigualdades (Collins, 2019). Em meio a essas particularidades, as afro-americanas buscaram valorizar sua própria condição de *outsider*, que colocava em xeque o ideal de feminilidade preconizado para mulheres brancas.

O pensamento feminista negro se sustenta sobre “quatro componentes básicos”: conteúdo temático; referenciais interpretativos; abordagens epistemológicas; e a importância para o *empoderamento*. Metodologicamente realizados sob a perspectiva da interseccionalidade das opressões de raça/etnia, sexo e classe, esses componentes ressaltam a importância dessa teoria crítica para a construção de um movimento intercontinental de luta por justiça social (Collins, 2019).

Na atualidade, sob os fundamentos neoliberais, o ideário do empoderamento ganha densidade ideológica e assume a função social de disseminar, especialmente entre as mulheres, que empoderar-se consiste em uma meta-conquista capaz de colocá-las em outro patamar de enfrentamento de suas condições desfavoráveis de vida. Isso ocorre em detrimento do significado político do processo de conquista da consciência de classe, que tende a se distanciar do cotidiano de determinados segmentos de mulheres da classe trabalhadora.

Esse distanciamento em relação ao fomento da consciência de classe é estrategicamente utilizado pela perspectiva neoliberal para transmutar em pauta individual questões que demandam estratégias de organização e mobilização coletiva. Nesse sentido, o empoderamento feminino tem sido utilizado por organizações multilaterais, como o Banco Mundial, para responsabilizar as



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulheres pela auto-superação da pobreza e opressão de gênero vivenciadas no cotidiano das relações sociais, com ênfase em ações que visam transformar as mulheres em força de trabalho para o mercado financeiro, especialmente aquelas que vivem em países periféricos, particularmente, as mulheres africanas e latino-americanas.

Na atualidade, o empoderamento feminino ganhou destaque nas mídias sociais, nos meios propagandísticos de venda de produtos de beleza, cosméticos e utilidades domésticas, bem como adquiriu forte adesão no meio acadêmico sob a perspectiva pós-moderna. Diante disso, e na contramão da individualização das demandas cujas determinações estruturais, nos propomos, neste artigo, a apreender as relações entre empoderamento feminino e o processo de formação da consciência das mulheres acerca das opressões vivenciadas e reproduzidas no capitalismo, num resgate da potencialidade do empoderamento feminino conforme o histórico de organização coletiva e mobilização política das mulheres.

Enquanto feminista materialista marxista, nosso compromisso com a luta contra a opressão de sexo/gênero implica considerarmos as contradições, mediações e historicidade da realidade social, numa perspectiva de análise que a apreenda em sua dinâmica e complexidade, bem como seja capaz de identificar as possibilidades de superar a estrutura social e produtiva que alimenta e reproduz as imbricadas opressões de classe, raça/etnia e sexo/gênero.

Por meio da pesquisa bibliográfica acerca do empoderamento feminino e do processo de formação de consciência de classe e da consciência militante feminista, apresentamos o debate partindo da análise do processo de formação da consciência de classe e da militante feminista; e identificamos as possibilidades de articulação entre as estratégias de empoderamento feminino e o fortalecimento dessas consciências.

A partir dos elementos característicos das lutas feministas das mulheres comunistas estadunidenses, feministas negras e feministas comunistas na Rússia, construímos reflexões sobre a consciência de classe e a consciência militante feminista e identificamos respostas para as questões suscitadas neste artigo. Temos como hipótese que “[...] a consciência e a consciência de classe pressupõem que partilhemos da compreensão de que a dinâmica da sociedade é uma dinâmica de luta de classes. [...]” (Iasi, 2014, p. 27).

BREVE HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DE LUTA DAS MULHERES: FEMINISMO SOCIALISTA, IDENTIDADE NEGRA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Existem articulações entre a proposta de empoderamento e a consciência de classe? É preciso e possível articulá-las? Em que termos? Frente a essas questões versamos sobre os enfrentamentos construídos pelas mulheres comunistas estadunidenses nos séculos XIX e XX, as feministas negras, e as feministas comunistas na Rússia.

Até 1848, ano em que Karl Marx e Friedrich Engels publicaram o Manifesto do Partido Comunista – num cenário marcado por inúmeros levantes europeus –, as mulheres estavam supostamente ausentes das fileiras do movimento socialista marxista, embora envolvidas em movimentos operários, antiescravagistas e em campanhas por seus próprios direitos. Em 1900 foi criado nos EUA o Partido Socialista da América e, com ele, a possibilidade de fortalecimento da reivindicação pela igualdade feminina, indicando que as mulheres começavam a participar da luta por mudança social (Davis, 2016).

Por muitos anos o Partido Socialista foi o único a defender o sufrágio feminino e nesse processo, as mulheres socialistas Pauline Newman (1887-1986) e Rose Schneiderman (1882-1972) foram de fundamental importância, por criarem um movimento sufragista no interior da classe trabalhadora. No dia 8 de março de 1908, foi organizada, pelas mulheres socialistas do *Lower East Side*, em Nova Iorque, uma manifestação em massa na defesa do sufrágio igualitário, data cujo aniversário é comemorado mundialmente como Dia Internacional da(s) Mulher(es) (Davis, 2016). Essa data de lutas também foi proposta por Clara Zetkin em 1910, na II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, que reuniu mulheres sindicalistas, militantes de partidos socialistas e de associações trabalhadoras e mulheres parlamentares, na luta pelo reconhecimento das demandas feministas.

Enquanto crescia o movimento [feminista] no interior das fábricas [na Europa e nos EUA], a marxista Clara Zetkin propôs, em agosto de 1910, na Segunda Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, a criação de uma jornada de manifestações anual, a fim de *paralisar as fábricas para chamar a atenção da sociedade às demandas feministas*. [Parágrafo] A conferência, realizada em Copenhague, Dinamarca, reuniu *mais de 100 mulheres de 17 países que pertenciam a sindicatos, partidos socialistas, associações de trabalhadoras e as 3 primeiras mulheres eleitas no parlamento da Finlândia*. [Parágrafo] A proposta de Zetkin foi aprovada e assim se celebrou pela primeira vez na Áustria, Dinamarca, Suíça e Alemanha o Dia Internacional da Mulher (BLOG AUTONOMIA LITERÁRIA, 2020, s.p) (grifo nosso).

O feminismo, como forma de ação prático-política que apresenta como objetivo último a emancipação das mulheres, guarda uma relação histórica com o marxismo e com o socialismo. Na conjuntura atual, as transformações² societárias que incidem sobre o trabalho (toyotismo,

² O debate sobre as transformações societárias no mundo do trabalho é apresentado por autores como Castel (2003) e Antunes (1995).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

flexibilização e fragmentação, por exemplo) têm se manifestado também na expansão de movimentos identitários, sobre os quais Collins (2019) explicita-nos:

[...] Qualquer grupo que se organize em torno de seus próprios interesses corre o risco de ser rotulado de “separatista”, “essencialista” e antidemocrático. *Esse ataque prolongado às chamadas políticas identitárias tenta suprimir grupos historicamente oprimidos que tenham por objetivo criar agendas políticas independentes* em torno de identidades de raça, gênero, classe e/ou sexualidade. [Parágrafo] Mas como nós, mulheres negras, como coletividade, resistimos às opressões interseccionais quando elas nos atingem sem que estejamos organizadas como grupo? Como as mulheres negras estadunidenses identificam as questões específicas associadas às imagens de controle da condição das mulheres negras sem espaços seguros nos quais possamos conversar livremente? (Collins, 2019, p. 200) (grifo nosso).

Considerando a diversidade que nos caracteriza como indivíduos singulares, e simultaneamente nos assemelha no conjunto das opressões-explorações-dominações reproduzidas e/ou produzidas pelo modo de produção e reprodução social capitalista, concebemos que a dimensão da identidade precisa ser incluída na composição das lutas e movimentos sociais, bem como no campo da produção teórica, a fim de que seja possível a construção de propostas e estratégias capazes de incluir as demandas oriundas dessa diversidade que nos constitui.

Todavia, e nesse ponto apresentamos nossa crítica, quando as lutas identitárias são concebidas como objetivo último para a emancipação dos sujeitos sociais, ou ainda para propor agendas políticas independentes, podem incorrer no abandono da perspectiva de enfrentamento coletivo, que por sua vez objetiva a superação do capitalismo e considera a centralidade da luta de classes. Nesse sentido, reforçamos que nenhuma luta, por si só, é capaz de responder de forma efetiva às diversas demandas que compõem o universo de necessidades fundamentais à expansão e emancipação humana para além da sociabilidade capitalista.

A análise interseccional pode abrir margem para uma apreensão estática acerca das opressões de classe, raça/etnia e sexo. É o que ocorre em abordagens como a da Collins (2019), em que se nota uma tendência à valorização do particularismo das relações das mulheres negras, como se não houvesse vínculo com os demais grupos sociais e, ainda, a abertura a esse vínculo trouxesse insegurança à organização política das mulheres negras. Assim posto, questionamos: como, numa concepção analítica embasada sob essa perspectiva, negar que o empoderamento feminino pode se configurar como uma estratégia de política de identidade separatista? Que brechas essa perspectiva analítica estabelece para a manutenção da sociabilidade capitalista e sua utilização pelo neoliberalismo?



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em contrapartida, as lutas feministas traçadas antes e durante a Revolução Russa de 1917 trouxeram a radicalidade das transformações necessárias à superação das desigualdades das relações entre os sexos: “[...] a igualdade de gênero, a livre união, a socialização do trabalho doméstico, a igualdade no local de trabalho, o direito à educação, a livre decisão sobre o aborto e o fim da segregação sexual da economia [...]” (Goldman, 2017, p. 48), mas não foram plenamente alcançados.

O Estado Russo pós-guerra não pôde sustentar financeiramente os custos de tais transformações. Além disso, as mudanças aplicadas juridicamente e providas de radicalidade em relação ao modelo burguês de família não foram acompanhadas por mudanças culturais na sociedade da época. Assim, os aparatos jurídicos tornaram-se insuficientes diante de atitudes como a utilização da flexibilidade do Código Civil de 1918 para que os homens abandonassem as mulheres grávidas (Goldman, 2017).

A Revolução de 1917 é um exemplo da presença política forte das mulheres, seja em prol das lutas das mulheres operárias, seja ainda o feminismo liberal, em que pese a exclusão das trabalhadoras (operárias). Ao longo do século XIX as mulheres realizaram política e ativamente o exercício de sujeitos transformadores da história. O legado que fica para nós é da necessidade de articulação entre as demandas das diversas mulheres enquanto trabalhadoras, afinal, o exercício da plena liberdade humana também é função histórica das mulheres.

Desde a década de 1970 cresce a defesa do marxismo como uma corrente teórica totalmente ultrapassada, um discurso fomentado pela ascensão pós-moderna, conforme a qual, no capitalismo, a humanidade já teria galgado o ápice das transformações sociais e técnicas necessárias e possíveis ao atendimento das necessidades humanas. No entanto, o método e a proposta de Marx nos apresentam ferramentas que ainda nos permitem desvelar o mundo, porque o objeto de estudo de Marx era a sociedade capitalista e ainda vivemos nesta sociedade. “[...] para desespero dos apressados coveiros do marxismo, a história ainda é a história da luta de classes (Iasi, 2014, p. 207).

Sob o discurso pós-moderno a ojeriza ao marxismo é embasada na suposição de que Marx não foi capaz de analisar as dimensões da cultura e das relações de gênero, por exemplo. Tal alegação revela a leitura rasa das obras de Marx por parte de seus críticos, bem como se fundamenta no viés economicista encabeçado por vertentes marxistas e da esquerda (embora não hegemônicas), que consideravam como uma questão de menor importância os debates feministas, ambientais e sobre diversidade sexual, por exemplo.

Esse discurso antimarxista desconsidera, portanto, que a situação das mulheres não deixou de ser analisada por Marx e Engels, os quais, inspirados pelos socialistas utópicos e pelas mulheres feministas, afirmavam que o grau de emancipação da mulher era o grau de emancipação humana da sociedade. Exemplo disso está na obra “Sobre o Suicídio”, de Karl Marx (2006), em que é feita uma análise sobre quatro casos de suicídio, e cujo interesse central em relação à discussão apresentada é a análise da opressão das mulheres nas sociedades modernas.

Nesse sentido, ressaltamos nosso pressuposto de que não é possível a apreensão e construção da sociedade não patriarcal se não considerarmos a necessidade de superação da sociedade capitalista, e essa análise só é possível numa perspectiva de totalidade, a partir do método marxista, que considera a historicidade, o humanismo e a razão dialética³, três núcleos categoriais que o marxismo herdou da filosofia clássica e são descartados pela decadência ideológica que endossa o discurso pós-moderno.

Apreendemos que a conquista da fase socialista não significa que todas as questões relativas às explorações-opressões-dominações alimentadas pelo capitalismo serão automaticamente resolvidas. O socialismo é uma oportunidade para a ampliação das nossas lutas, para que possamos um dia lembrar e definir as opressões como resquícios do passado.

Na construção dessa luta coletiva, os autores que inicialmente propuseram o debate sobre a consciência da classe trabalhadora, como Octávio Brandão (1963, 1978) e Astrogildo Pereira (1979) *apud* Iasi (2008), analisaram superficialmente a constituição da classe trabalhadora, o que abriu margem para a introjeção de conceitos idealizados sobre o “papel” histórico e político dessa classe. Mesmo com essas limitações iniciais, o debate proposto se tornou base importante para a construção das análises de Florestan Fernandes (1976) e Ricardo Antunes (1982), por exemplo, conforme explicita Iasi (2008). Os pensadores marxistas, ao discutirem a temática da consciência de classe, têm apresentado em comum a afirmação de que a classe trabalhadora possui como possibilidade converter-se em sujeito histórico, e construir seu próprio projeto para a sociedade: o socialismo.

Tal processo seria gestado inicialmente por meio das lutas sociais imediatas, que permitiriam a formação da consciência em si dessa classe revolucionária (momento em que se identifica como classe, mas ainda se encontra subordinada ao capitalismo), e depois, assumiria o

³ Cf. dentre outros autores, Coutinho (2010).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

processo de consciência de classe para si, numa assunção do seu caráter histórico, e possuidora de um projeto de sociedade autônomo e revolucionário (Iasi, 2008).

Uma consciência seria o que cada proletário, tomado isoladamente, ou mesmo a classe em seu conjunto, assume como uma consciência de si e do mundo, tomando como sua a concepção de mundo determinante numa sociedade dada. Outra bem diferente seria a *consciência* que deriva da percepção da real posição que o proletariado ocupa na atual sociedade capitalista, ou, nas palavras de Marx, *aquilo que é*, e, a partir dessa apreensão, assumir como seu o objetivo de transformação da sociedade capitalista. Por isso a *consciência de classe não é simplesmente, mas é uma possibilidade objetiva* (Iasi, 2014, p. 124) (grifos do nosso).

A questão da consciência em si, e, especialmente da consciência de classe, emerge, pois, como elemento central às lutas coletivas, porque a consciência de classe carrega o potencial revolucionário de transformação da realidade social. Insistir no fomento dessa consciência é revelar o entendimento de que as demandas individuais carecem da coletividade classista, o que reforça a imbricação entre classe, raça/etnia e sexo/gênero.

Nossa preocupação, em lançar a crítica à concepção de empoderamento a fim de identificar sua relação com o processo de fomento da consciência de classe e da consciência militante feminista resulta dessa apreensão acerca da imprescindibilidade da questão da consciência de classe para a consolidação de estratégias feministas revolucionárias. Para tanto, é basilar, também, o entendimento do processo de formação da consciência.

O FOMENTO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE E MILITANTE FEMINISTA: MEDIAÇÕES E POSSIBILIDADES ENTRE EMPODERAMENTO E A LUTA ANTICAPITALISTA

A consciência de classe não diz respeito a um momento fixo da classe trabalhadora, nem ao seu comportamento, modo de ser e agir em determinado momento, corresponde, antes, a um movimento histórico (Iasi, 2008):

[...] Os trabalhadores lutam *na* sociedade civil no interior de relações estabelecidas contra as manifestações da ordem do capital que se choca com a existência humana, ao mesmo tempo em que amadurece a consciência da necessidade de superação dessa ordem. A consciência de classe não estaria em um momento ou em outro, mas exatamente na articulação de um com o outro (p. 133) (grifo do autor).

A consciência de classe encontra-se, pois, na possibilidade de “choque” entre a realidade da vida em sociedade e “aquilo que sou” na sociedade; no amadurecimento resultante dessa possibilidade. Ou seja, a consciência emana da própria realidade quando essa apresenta em si e em sua relação com as classes a contradição entre aquilo que ela é, reproduz e lhe interessa



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

manter, e aquilo que somos, as coisas pelas quais nos interessamos e buscamos manter ou transformar.

O proletariado “surge” das relações estabelecidas na sociabilidade capitalista, da forma como estão organizadas as relações produtivas e reprodutivas, sustentadas pela produção coletiva e apropriação privada dos bens e serviços. Todavia, essa mesma sociabilidade contradiz/nega a existência e as possibilidades de manutenção desse sujeito social, de tal modo que travar a luta pela superação da sociedade capitalista torna-se para ele uma necessidade. Nesse sentido, Iasi (2014) afirma que o proletariado está na sociedade capitalista mas não faz parte dela.

Uma vez que os seus interesses enquanto classe são antagônicos à lógica burguesa de manutenção e reprodução capitalistas, o proletariado (entendido aqui como o universo da classe trabalhadora, inclusive dos que se encontram desempregados/as), representa a classe com interesse universal. Como proletários têm a possibilidade de expressar os interesses gerais ao desenvolvimento da sociedade a favor da humanidade, em contraposição aos interesses burgueses, que se constituem enquanto obstáculos à efetivação plena desse processo (Iasi, 2014).

A possibilidade de emancipação humana não se trata, pois, de uma mera fase da classe trabalhadora, nem pode ser considerada de forma restrita como determinadas maneiras de ser, agir, e pensar dessa classe (Iasi, 2008). Essa emancipação está posta como alternativa passível de efetivação diante da contradição entre as condições de vida e existência da classe trabalhadora e as relações sociais produzidas e mantidas pelo capitalismo. Nesse sentido,

A ação de classe é qualitativamente superior à ação grupal, pois tem a possibilidade de alterar não qualquer campo prático inerte, mas as condições determinantes de certa forma societária fundada no estranhamento do capital e da mercadoria. Isto não implica que uma ação revolucionária de classe não possa, ao se institucionalizar, vir a encontrar os caminhos da burocratização, como de fato ocorreu com as transições socialistas do século XX, no entanto, mesmo aí se trata de um amoldamento qualitativamente distinto (Iasi, 2008, p. 13) (grifos nossos).

A formação do movimento de mulheres expressa a dimensão coletiva da consciência militante. Há uma relação entre coletividade, consciência e práxis. Essa construção passa pela formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas concebidas como direitos sociais, e também pelo reconhecimento de coletividade (Souza-Lobo, 2011 apud Cisne, 2013).

A construção do feminismo como sujeito político das mulheres passa pela transformação das reivindicações imediatas e isoladas em uma formulação coletiva da demanda, ou seja, “passa pela construção da noção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas

um portador de reivindicações, mas um sujeito político” (Souza-Lobo, 2011, p. 223 apud Cisne, 2013, p. 39) (grifo nosso).

Durante esse processo de formação da consciência individual e coletiva, suscitado pelo engajamento em grupos e movimentos sociais, por exemplo, as mulheres vivenciam experiências de autoconfiança em relação ao corpo e autonomia em relação aos padrões de beleza; autocuidado e respeito às próprias vontades; saem de casa para participar da vivência em grupos, movimentos, manifestações...; percebem a si mesmas nas outras mulheres, reconhecem nelas as opressões que vivem não só individual, mas coletivamente; e identificam a importância do grupo, dos movimentos sociais e da militância política, que articula coletividade e transformação social. Em suma, “[...] com a formação da consciência militante feminista as mulheres percebem que a luta pela sua autonomia e liberdade individual demanda a luta contra uma estrutura de relações sociais de apropriação e exploração” (Cisne, 2013, p. 40).

O processo de apropriação de si e se perceber como sujeito de sua própria vida (empoderar-se) está radicalmente articulado ao processo de descobrir-se feminista. A participação das mulheres em movimentos feministas permite o fomento da consciência individual e coletiva no sentido da militância feminista, cujas lutas se expressam na conquista de espaços e direitos, ao tornar possível o questionamento ideológico e estrutural do modelo de sociedade em que vivemos (Cisne, 2013).

Os movimentos de mulheres contribuem com a desnaturalização da ideologia patriarcal, possibilitando o reconhecimento e a ação como sujeitos políticos. A ruptura com a dicotomia público-privado, quando as mulheres articulam sua vida privada com a vida político-social, também é outra possibilidade promovida pelos movimentos feministas e que evidencia sua importância (Cisne, 2013).

A consciência militante feminista se desenvolve na relação entre formação e ação política; teoria e prática, que são distintas, mas não dissociadas. Nesse processo, “o despertar pela luta por liberdade é a maior conquista” (Cisne, 2013, p. 49). Todavia, e na contramão da defesa da formação da consciência de classe e militante feminista, temos a ascensão da proposta de empoderamento feminino postulado como o ápice das lutas feministas, tal como apresentado pelas mídias, que o transformam em estratégia para superar as opressões de gênero/sexo. Tem-se o investimento em soluções individuais e/ou grupais, cujas proposições entram em cena, especificamente no que concerne ao “empoderamento das mulheres”, na década de 1970 com ênfase em 1990, coincidindo e sendo utilizado estrategicamente pelo projeto neoliberal.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa proposta de empoderamento trata das questões da participação política e da defesa dos direitos das mulheres, com destaque para a luta por justiça social, e adquiriu tamanha relevância a ponto de a Organização das Nações Unidas (ONU) realizar em 2001, no Canadá, uma conferência exclusiva para as mulheres, com o intuito de *fortalecer a capacidade de expansão do poder econômico das mulheres*, por meio de iniciativas que articulam quem tem recursos às pessoas que não os têm (Almeida, 2017) (grifos nossos).

Questionamos: esse interesse pelo fortalecimento da capacidade econômica das mulheres nos remete ao compasso com os interesses de expansão do mercado para o capital? Propõe-se a algo para além disso? Existem relações entre empoderamento e fortalecimento do projeto neoliberal? E entre empoderamento e consciência de classe?

Concordamos com Iasi (2014), ao destacar que

[...] não estamos diante de um problema de baixo desenvolvimento das forças produtivas. O que se impõe entre os seres humanos e a satisfação de suas necessidades são determinadas relações sociais de produção que precisam ser superadas. E este não é o interesse apenas daqueles que ocupam uma posição subordinada no interior dessa relação, mas de toda a humanidade (Iasi, 2014, p. 218).

O que nos incomoda não é o fato de que a proposta de empoderamento tenha se popularizado e ganhado espaço nos mais diversos âmbitos sociais. Não descartamos a relevância das estratégias políticas que possam impulsionar e fortalecer as lutas feministas pelo fim das opressões, contudo, essa estratégia se fragilizou. A proposta de empoderar as mulheres, uma vez transformada em luta pelo fim da opressão feminina, deixa de ser propulsora (objetivo meio para alcançar determinado fim) como a define Berth (2018).

Empoderar as mulheres não é o suficiente; é uma estratégia política, de autoconsciência individual, e nesse aspecto encontramos a possibilidade de diálogo com os processos de consciência de si, consciência militante feminista e consciência de classe. A formação da consciência militante feminista possui pontos indispensáveis e associados: a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; o sair de casa; a identificação na outra da sua condição de mulher; a importância do grupo e da militância política em um movimento social; e a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. De tal modo, podemos definir a consciência militante feminista como práxis transformadora e coletiva (Cisne, 2013).

Apropriar-se de si, sair de casa, e identificar-se na outra na sua condição de mulher são pontos que podemos identificar como relacionados ao empoderamento feminino como dimensão do fortalecimento individual das mulheres, frente às opressões que lhes são particulares pela condição de sexo. Por si mesma, no entanto, a proposta de empoderamento não é capaz de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

superar as formas de exploração da força de trabalho e das opressões sofridas coletivamente, não só pelas mulheres, mas por todos os despossuídos dos meios de produção.

Nesse sentido, quando organizações como o Banco Mundial utilizam-se da proposta de empoderamento feminino para divulgar entre as mulheres – especialmente as que vivem em países periféricos com alto índice de pobreza – o ideal de que pela via do acesso ao financiamento bancário, ao empreendedorismo, ou com ações individuais que coloquem em xeque as desigualdades de gênero, tais mulheres estarão capacitadas a transformar a realidade econômica do país onde vivem, a dimensão estrutural que origina a opressão de gênero, de raça e classista é velada. Esse velamento colabora para que o empoderamento feminino se torne uma espécie de conto de fadas, como se por si mesmo e em sua forma adaptada pelo capitalismo, pudesse resolver as contradições reproduzidas pela própria lógica capitalista. Por isso mesmo, os aspectos que propiciam essa trajetória entre empoderar-se e engajar-se na luta que é coletiva são desconsiderados.

Temos ciência de que não são as instituições capitalistas que se interessarão em divulgar ou utilizar estratégias que visem superar o capitalismo, como o incentivo ao engajamento das mulheres em movimentos sociais, e numa formação política que se volte ao enfrentamento revolucionário das opressões capitalistas. Colaborar para a desmistificação e evidenciação dos tensionamentos em torno das pautas que interessam a classe trabalhadora em sua diversidade revela nosso compromisso com o fortalecimento da luta de classes e sua potencialidade revolucionária.

Não é coincidência que a “retomada do ciclo de luta de classes” que vinha se desenvolvendo em vários países do mundo tenha explodido no Brasil justamente em meio à pandemia, por fora do controle dos aparatos sindicais e políticos tradicionais através da paralização internacional dos entregadores de aplicativo em 1 de julho de 2020, seguida pela enorme greve nacional dos trabalhadores dos Correios que tomou Brasília com uma enorme massa negra vestida de amarelo e azul. [...] são aqueles que por não terem o que perder são a linha de frente da retomada da luta de classes em vários países. [...] sob o rosto das mulheres, negros e imigrantes ressurgem aqueles que serão os coveiros da barbárie capitalista e portadores da esperança de uma nova sociedade (Pablito, 2021, p. 93).

Apreendemos que o empoderamento feminino é importante como parte do processo de consciência das mulheres sobre si mesmas, sobre as opressões que particularizam sua existência e condição de vida nessa sociabilidade, bem como para questionar e enfrentar os ideais de gênero socialmente criados e reproduzidos. Quando a pauta do empoderamento foi apresentada pelo feminismo negro emergiu como uma necessidade a partir das determinações concretas da vida das mulheres negras, revelando que a opressão de raça também é estrutural ao capitalismo,

incide sobre as possibilidades de ser mulher negra e demanda o entendimento da diversidade que constitui a classe trabalhadora.

A perspectiva de empoderamento feminino revela a disputa entre projetos societários distintos. Em sua versão original, como instrumento-meio para a viabilização de estratégias emancipatórias, expressa os interesses da classe trabalhadora, ao passo que em sua versão polida pelo neoliberalismo, adaptada e circunscrita à produção de valor expressamente centrado na dimensão econômica (que na verdade colabora para manter as fronteiras entre países centrais e periféricos), denota-se o projeto capitalista.

A luta de classes continua sendo o motor da história, e se expressa também nas tensões e contradições que incidem sobre o empoderamento das mulheres. Portanto, entre empoderamento, consciência de classe e consciência militante feminista é possível e necessário estabelecer articulações e a própria materialidade da realidade o denota, convidando-nos a fazê-lo: “[...] buscar unir o que o capitalismo divide, fortalecendo a unidade interna da classe trabalhadora, bem como uma política de alianças com movimentos que lutam contra as opressões específicas [...] junto com a luta pela expropriação dos expropriadores [...]” (Martínez, 2021, p. 269). Unificar as lutas entre as mulheres é um “fio” articulador possível e essencial para fortalecer as lutas da classe trabalhadora, a fim de que sejamos efetivamente emancipados/as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aparentemente ausentes das lutas revolucionárias as mulheres na verdade sempre estiveram presentes na trajetória histórica das lutas por acesso a direitos, espaços de poder e superação da sociabilidade capitalista. Participar e ser reconhecida como sujeito histórico demandou capacidade crítica, consciência militante e de classe, e organização coletiva por parte das mulheres, o que se revela nas experiências exemplificadas neste breve debate acerca das possibilidades de articulação entre o empoderamento feminino e o processo de fomento e fortalecimento da consciência de classe e militante feminista.

No cenário neoliberal em vigor, a perspectiva de empoderamento feminino, que emerge como necessidade histórica na vida das mulheres negras estadunidenses, é utilizada como mais uma dentre as estratégias capitalistas de produção de mais valor e manutenção da ordem social. O que não acontece sem contradições, mediações e disputas, afinal, a luta das mulheres negras revela-se fundamental à superação da sociabilidade burguesa, uma vez que a necessidade de

acessar espaços de poder, ter visibilidade e voz frente a uma sociedade racista revela a dimensão estrutural da opressão de raça no capitalismo.

O empoderamento se constitui como ponto de partida na vida de inúmeras mulheres que buscam superar a opressão de gênero e nesse percurso apreendem que o que parece ser uma demanda meramente grupal está imbricado às determinações produtivas e reprodutivas da sociabilidade do capital. Noutras palavras, o empoderamento feminino, enquanto “instrumento meio” (Berth, 2018) para a superação do racismo que atinge de modo particular as mulheres negras, é parte do processo de fomento da consciência militante feminista, e carrega a possibilidade de fortalecer a luta de classes pela superação do capitalismo.

Concluimos, portanto, que identificar o “fio condutor” das lutas sociais é estratégia fundamental para fortalecer as pautas que, na imediaticidade do cotidiano, parecem meramente singulares, quando na verdade são também coletivas e de classe. A concretude da realidade vivenciada pelas mulheres, e especificamente pelas mulheres negras denota que dentro da diversidade que nos caracteriza enquanto seres sociais, existe um “chão”, uma estrutura imbricada composta pelas dimensões de classe, raça/etnia e gênero/sexo, que exige estratégias igualmente imbricadas de luta, a fim de tornar possível um horizonte onde a liberdade e a plena expansão e emancipação humana sejam reais para a diversidade dos sujeitos sociais que no capitalismo integram a classe trabalhadora.

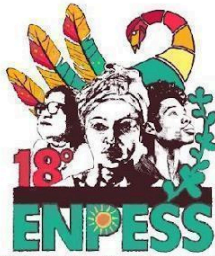
REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janaiky Pereira. Empoderamento X Consciência militante feminista: contribuições ao debate. In: ALMEIDA, J.P. **Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina**. Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.p.217-220.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade no Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BLOG AUTONOMIA LITERÁRIA. Saiba quem foi Clara Zetkin: a socialista que propôs o dia 8 de março. CNTLL. Confederação Nacional Dos Trabalhadores Em Transportes e Logística. Publicado em 05 mar. 2020. Disponível em: <
<https://cntll.org.br/noticia/9662/saiba-quem-foi-clara-zetkin-a-socialista-que-propos-o-dia-8-de-mar-co>> Acesso em 05 abr. 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência militante feminista no Brasil**. SOS CORPO. Instituto Feminista para a Democracia. *Cadernos da Crítica Feminista*. Ano VII, n. 5 – dezembro/2013.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ª ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010. p. 09-59.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

GOLDMAN, Wendy Z. **A libertação das mulheres e a Revolução Russa**: legado e lições - Dossiê: Feminismo, Marxismo e Revolução Russa. Boitempo Editorial, 2017, *Margem Esquerda* - revista da Boitempo n.28, p.38-48.

IASI, Mauro. **Classe e consciência de classe no Brasil**: contestação e amoldamento. 32º Encontro Anual da Anpocs, 2008, Caxambu, MG. GT: Marxismo e Ciências Sociais (GT 24). Disponível em: <

<https://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt24-15/2528-mauroiasi-classe/file>

>Acesso em 10 ago. de 2020

_____. **O dilema de Hamlet**: o ser e o não ser da consciência. - 1 ed., 1. reimp. - São Paulo: Viramundo, 2014.

MARTÍNEZ, Josefina L. Feminismo, interseccionalidade e marxismo: debates sobre gênero, raça e classe. In: PARKS, Letícia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina (orgs.). **Mulheres negras e marxismo**. -- São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021. p. 257-269.

MARX, Karl. **Sobre o suicídio**. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. - São Paulo: Boitempo, 2006.

PABLITO, Marcelo. Pele negra e rosto de mulher: terceirização, mulheres negras e luta de classes. In: PARKS, Letícia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina (orgs.). **Mulheres negras e marxismo**. -- São Paulo: Associação Operário Olavo Hansen, 2021. p. 87-110.